

AS AÇÕES DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA EM CAMPO MAIOR-PI NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

RONALDO DE ALVARENGA¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar as medidas adotadas pelo poder público municipal para enfrentamento da seca da cidade de Campo Maior-PI nas décadas de 1940 e 1950, período em que a prefeitura agiu com medidas de auxílio às atividades geradoras de riqueza e sustentabilidade econômica do município conhecidas como “soluções hídricas”. Utilizamos como fontes documentos disponíveis nos Arquivos públicos da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal dessa cidade, como leis, decretos e projetos de leis que tratam das medidas de combate à seca desenvolvidas para dar sustentabilidade à pecuária, o comércio e ao abastecimento de água à população, oferecendo suporte aos flagelados da seca em Campo Maior nesse período.

PALAVRAS-CHAVE: Campo Maior. Seca. Emergência.

ABSTRACT: The objective of this work is to analyze the measures adopted by the municipal public power to cope with the drought of the city of Campo Maior-PI in the 1940s and 1950s, during which time the city council acted with measures to aid the activities generating wealth and economic sustainability municipality known as "water solutions". We use as sources documents available in the Public Archives of the City Hall and the City Hall of that city, such as laws, decrees and bills that deal with drought control measures developed to give sustainability to livestock, commerce and water supply to the population, offering support to the drought flagellants in Campo Maior during this period.

KEYWORDS: Campo Maior. Dry. Emergency.

¹ Especialista em Gestão Pública Municipal (UESPI), Licenciado em História (UESPI). E-mail: alvarengaronaldoalvarenga@gmail.com

INTRODUÇÃO

Campo Maior fica localizada a 84 km de Teresina numa região formada por campos e chapadas. É costeada por vários rios não perenes, como Rio Jenipapo, Longá, Surubim, Titara, e riachos como: Longazinho, Pontilhão, Jatobá, Angelim, Pintadas, Camaleão, Salubre e as lagoas de Búfalo, Sucurujá, Olaria. Até 1960 possuía 02 açudes e 10 barragens. Outro aspecto que caracteriza essa região é o clima tropical seco e quente, além da vegetação da caatinga que após o período chuvoso, faz com que as árvores percam as folhas ficando com aspecto mórbido.

Como efeito do clima e da vegetação, Campo Maior está situada numa região onde períodos de estiagem ou seca são cíclicos e, portanto, “previsíveis”. Apesar de existirem registros oficiais no âmbito municipal da existência do fenômeno da seca na década de 1940, Campo Maior foi incluída através da Lei 1.348 na zona classificada pelo governo federal de polígono das secas somente em 1951 (DUARTE, 2002).

Entretanto, estudiosos como Domingos Neto (1987), e Araújo (1991), revelam que historicamente o Piauí até 1915, especialmente a região norte do Estado, era reconhecida mais como uma zona de refúgio ou de passagem para a população de estados vizinhos atingidos mais bruscamente com a seca, do que área afetada. É nesta época que começam surgir, nas mensagens oficiais dos governadores do Estado, relatos dramáticos sobre as perdas de produção devido à estiagem. Nesse sentido, a seca passa efetivamente a ser um fenômeno também piauiense. A luta e a conquista em incluir a região como parte do polígono da seca significava de um lado, a possibilidade de investimentos federais no Estado, como também de apropriação desses mesmos recursos para fins privados.

Foi com base na realidade divulgada e estudada sobre os efeitos naturais, sociais, econômicos e políticos das secas ocorridas no Piauí, que surgiu o interesse em investigar como os gestores da cidade de Campo Maior-PI, durante as décadas de 1940 e 1950, reconheceram e enfrentaram os efeitos desse fenômeno no município. A justificativa para esse recorte temporal advém do fato de que nestas décadas ocorreram períodos prolongados de secas com sérias consequências sociais e econômicas, a exemplo dos anos de 1942, 1951-53 e 1958, época que Campo Maior ingressa oficialmente no polígono das secas.

CAMPO MAIOR NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

Na década de 1940, Campo Maior tinha uma imensa zona rural que compreendia os atuais municípios de Jatobá do Piauí, Sigefredo Pacheco, Novo Santo Antônio, Nossa Senhora de Nazaré, Coivaras, Cocal de Telha e Boqueirão do Piauí. Todos faziam parte da zona rural, na condição de povoado de Campo Maior, porém, já bem mais desenvolvidos que os demais povoados existentes na época.

Já a zona urbana da cidade tinha como limites em 1940, o centro histórico que compreende a Praça Bona Primo, onde está situada a matriz de Santo Antônio, e todas as casas de arquitetura colonial, e se alongava até o açude Grande de Campo Maior construído entre 1919 e 1929 pelo DNOCS (DOMINGOS NETO, 1987).

Na década de 1940, a estrutura urbana da cidade foi sendo gradativamente alterada, como, por exemplo, com a pavimentação de ruas, exemplo disso, foi a ampliação da Avenida, Getúlio Vargas, atual Avenida Santo Antônio, (CAMPO MAIOR, Decreto nº 43 de 10 de julho de 1943) contribuindo para melhorar o acesso a Teresina e estimulando a construção de casas no seu entorno, expandido o perímetro urbano para o sentido Campo Maior-Teresina.

A construção da ponte sobre o Rio Surubim na década de 1930, interligando a área urbana da cidade à rodovia PI-114, contribuiu para a expansão urbana na direção Campo Maior-Barras, surgindo inclusive, desse processo a partir da década de 1940, bairros como Flores, Santa Rita, Flor do Campo, Evereste, Florestal e Poções I e II.

Apesar de atualmente essas áreas serem consideradas urbanas pelo atual Plano Diretor da cidade de 2006, são destituídas de uma infraestrutura urbana adequada, isto é, sem calçamento, pavimentação, ausência de coleta de lixo urbano, uso de gambiarras para fornecimento de energia e chafarizes para abastecimento de água, evidenciando um crescimento ao longo das décadas lento e desordenado, sem planejamento e intervenção urbana.

As Praças foram recebendo uma feição mais “moderna”, a exemplo da pavimentação de ruas ao redor e arborização da Praça Rui Barbosa. A luz elétrica progressivamente foi substituindo os velhos lampiões coloniais. Sua instalação remonta a década de 1930, através de aquisição de motor e dínamo durante a primeira gestão do prefeito Francisco Alves Cavalcante (1930-34) (CHAVES, 2007; LIMA, 2008).

Como vimos, a maioria da população vivia nas áreas rurais, assim, a lamparina ainda era o principal meio para iluminar as residências. Nesse sentido, parte das transformações advindas com a aquisição de novas tecnologias não abrange a todos, preservando o “antigo” modelo de

iluminar a noite como expressão de exclusão da “modernidade” referendando os temas de modernidade levantada por Jaques Le Goff (1998).

A construção de novos edifícios públicos, contrastando e gradativamente substituindo as residências de arquitetura colonial, tem início na segunda metade da década de 1930 e se intensifica nas décadas seguintes. Construção do prédio do Grupo Escolar Valdivino Tito, reforma do Mercado Público, construção do Cinema-Teatro Municipal, atualmente conhecido como Teatro Sigefredo Pacheco, Estação Ferroviária, dentre outros (LIMA, 1995).

Apesar de entre as décadas de 1940 e 1950 (Tabela 01), Campo Maior ter sido administrada por cerca de vinte prefeitos, devido ao incremento de receitas oriundas do extrativismo da cera de carnaúba, a área urbana da cidade experimenta um processo de modernização gradativo alterando tanto sua paisagem com novas ruas, praças, avenidas e edifícios, como contribuindo para ocupação de outras áreas onde atualmente são consideradas urbanas.

Tabela 01 Prefeitos de Campo Maior entre 1938-1963

PREFEITOS	PERIODO DE GOVERNO
Francisco Alves Cavalcanti	03/11/1938 a 18/04/1942
Luiz Capucho do Vale	Interino em 1938
Nilo Santana de Oliveira	Interino no segundo mandato de Chico Alves
Raimundo Ney Bauman	21/04/1942 a 09/06/1943
Ascendido Pinto de Aragão	09/06/1943 a 12/05/1945
Edgar Miranda	12/05/1945 a 22/11/1945
Manoel Felício Pinto	22/11/1945 a 09/12/1945
Edgar Miranda	09/12/1945 a 22/04/1946
Joaquim Antônio de Oliveira	22/04/1946 a 06/05/1946
Waldeck Bona	06/05/1946 a 09/10/1946
Ovídio Bona	09/10/1946 a 17/10/1946
Waldeck Bona	17/10/1946 a 30/04/1947
Arão Ferreira de Santana Filho	30/04/1947 a 06/05/1947
Humberto Bona	06/05/1947 a 16/12/1947
Aloísio José Portela	16/12/1947 a 21/04/1948
Waldeck Bona	21/04/1948 a 30/01/1951
Ivon Pacheco	Interino
Raimundo Nonato Monteiro de Santana	31/01/1951 a 31/01/1955
Oscar Castelo Branco Filho	31/01/1955 a 31/01/1963

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Campo Maior (1940-1960)

No que se refere à política, Campo Maior entre 1940 a 1945 vivenciou uma instabilidade no comando local, pois apenas nesse final do período conhecido como Estado Novo, teve oito prefeitos nomeados. No correspondente de 1946 a 1959, Campo Maior acompanhando a redemocratização ocorrida em todo o Brasil, passa a ter eleições para prefeito a partir de 1948, com a eleição de Waldeck Bona.

POLÍTICAS DE COMBATE A SECA PELO GOVERNO FEDERAL

O problema de abastecimento e distribuição de água em Campo Maior, foi nas décadas de 1940 e 1950, uma das principais preocupações dos gestores municipais. A seca tratada como calamidade e flagelo se constituía no discurso oficial, o principal motivo da precariedade do fornecimento de água para a população nesse período, ocultando, de certa forma, a ausência de uma política efetiva nesse setor.

Segundo pesquisa encomendada pelo Banco do Nordeste, durante a década de 1940 e 1950, foram registrados pelo governo federal períodos de maior prolongamento da seca no Nordeste, destacando os anos de 1942, 1951, 1953, e no ano de 1958, esta última objeto de relatório do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) (DUARTE, 2002).

Estudos de Lima (1995), Araújo (1991) e Domingos Neto (1987), registram a existência de preocupação oficial com os efeitos sociais e econômicos da seca no Nordeste já no final do século XIX, quando o Imperador ficou transtornado com a calamidade da seca de 1877. Uma catástrofe narrada inclusive no livro do escritor Rodolfo Teófilo, *História da Seca no Ceará: 1877-1880*. Segundo consta, houve atos de antropofagia; os flagelados comiam raízes, cozinhavam solados de sapatos e animais venenosos. Esses períodos foram marcados por rebeliões populares, desobediência pública e o abalo das classes dominantes no Nordeste.

Segundo Araújo (1991, p. 59), o Piauí entre 1877-1879, vivenciou uma crise econômica devido à seca porque a sociedade agropastoril era desigual e, “dotada de uma pobreza, cujos poucos recursos eram desigualmente distribuídos, não resistiu ao impacto do fenômeno da estiagem”. Portanto, a seca a despeito do discurso oficial de colocá-la como principal causadora de problemas sociais, no contexto analisado pela autora, apenas provoca e expõe a visibilidade da pobreza e desigualdade existente devido a formas de produção arcaicas e relações de produção desiguais historicamente construídas no Piauí.

Ainda no final do século XIX, o governo central passa a adotar o discurso de aplicações de medidas concretas de combate aos efeitos da seca. Foi criada uma Comissão de Engenheiros

para estudar os problemas e determinar a construção do primeiro açude, o Cedro, em Quixadá, Ceará. A partir da República Velha, todos os presidentes adotaram medidas com a mesma finalidade, ações para combater “o flagelo da seca”. Nilo Peçanha, no dia 21 de outubro de 1909, cria a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), (Inspetoria de Obras Contra as Secas) embrião do futuro DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Até a década de 1950, antes da criação do Banco do Nordeste e da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), o DNOCS foi único órgão que comandou todas as ações que visavam “salvar” as vítimas da calamidade, “fixar” o homem nordestino no sertão ou investir para o “crescimento” e o seu “desenvolvimento”. Falava-se muito, desde este tempo, do desvio das águas do rio São Francisco para irrigar o semiárido, mas, o grande desvio existente, conforme estudos de Medeiros (1996), Domingos Neto (1987), que caracterizou o DNOCS e os governantes locais, foi o desvio de verbas, transformando a seca numa indústria rentável econômica e politicamente.

Em 1951, com a criação do SUDENE, o governo federal visa reforçar o escopo de uma política de desenvolvimento regional e de enfrentamento desse fenômeno numa perspectiva desenvolvimentista, isto é, associando convivência com a seca e a mercantilização industrial da agricultura.

Diante desse cenário histórico, geográfico, social e cultural marcado pelas secas na Região Nordeste nas décadas de 1940 e 1950, como em Campo Maior os gestores municipais reconheceram a problemática desse fenômeno como uma questão social a ser enfrentada.

GOVERNOS LOCAIS E AÇÕES DE COMBATE À SECA EM CAMPO MAIOR (1940-1950)

Em Campo Maior, a maioria da população no início da década de 1940, tinha como atividades principais a agricultura, a pecuária, a silvicultura e o extrativismo (IBGE, 1940). Apesar de Campo Maior ter fortalecido seu núcleo urbano devido o crescimento do comércio proveniente da cera de carnaúba, implicando numa base mais consistente de arrecadação e aumento da receita orçamentária do governo local, ampliando o aparelho burocrático, e possibilitando obras de infraestrutura econômica e social, a cidade não se afirma no Piauí como centro-político-administrativo e nem financeiro (MEDEIROS, 1996).

A grande parte da população nesse período (1940-1960), continuava vivendo com extrema dificuldade, seja através da agricultura de subsistência, ou sendo explorada nas atividades extrativistas, onde predominava nas relações de produção, a baixa remuneração com formatos não-monetários.

A cidade, até a década de 1940, não possuía uma política efetiva de abastecimento e distribuição de água. Seus moradores dependiam integralmente da chuva para garantia de sobrevivência econômica e poucos eram os poços existentes. Apenas um açude construído armazenava água para o período de estiagem. Como não havia água canalizada na cidade, a maioria da população carregava “água na cabeça” ou através de carroças para abastecer as suas casas.

Como afirma Domingos Neto (1987), quando “a chuva faltava, ou chovia pouco, ou fora do tempo”, e os reservatórios secavam, a fome, o desemprego, os apelos das famílias atingidas à providência divinas, e dos gestores municipais, ao governo estadual e federal passa a ser a tônica comum, tal como é, o próprio ciclo da estiagem, enquanto fenômeno natural.

Os discursos presentes nos documentos oficiais nas décadas de 1940 e 1950 em Campo Maior, revelam a preocupação com aumento do desemprego, a redução da produção agropastoril e a ruína de centenas de milhares de trabalhadores e de pequenos proprietários rurais, constituindo-se expressão da questão social associada e ampliada com a seca. Em outras palavras, o processo de exclusão já significativo no conjunto da população, com a seca, passa a englobar uma parcela maior, gerando assim o aumento da pobreza.

Com efeito, devido à abrangência da população afetada, o problema passa a ser encarado não como individual, particular, mas como coletivo, exigindo por parte dos gestores municipais de Campo Maior assistência aos atingidos pelos efeitos da seca.

No conjunto de legislações elaboradas entre 1940 e 1950 em Campo Maior, o governo municipal passa a reconhecer a seca como “calamidade pública, flagelo ou desgraça” a ser administrada especialmente através de ações emergenciais. O decreto de nº 11 de 1942, por exemplo, registra ações emergenciais de enfrentamento com caráter assistencialista ao conjunto da população campomaiorense, evidenciando a situação de penúria vivenciada no município.

As dificuldades só pioraram com as secas mais violentas dos anos de 1951, 1953 e 1958. Os decretos municipais revelam que a partir de 1950 aumenta a quantidade de pessoas desempregadas no comércio por causa da diminuição dos gêneros alimentícios provenientes da agricultura, ocasionadas pela falta de chuva na região Norte do Piauí, principalmente no município de Campo Maior, desencadeando crise nos setores geradores de renda para a população rural e também urbana (DECRETOS: 06 de 1951; 02 de 1956; 01 de 1958; 05 de 1959).

A pecuária não foge à regra. Podem também ser observadas nos registros oficiais destas décadas, as dificuldades dessa atividade por conta dos períodos de estiagem, obrigando muitos

fazendeiros a vender parte considerável do seu rebanho para outros municípios, especialmente aqueles que serviam para o abatimento.

A maioria dos animais estava magra demais para o consumo e era vendida viva e transportada para regiões menos secas. Em 1951 o prefeito Raimundo Nonato Monteiro de Santana proibiu a saída de gêneros, carne bovina, suínos e similares para combater os efeitos sociais e econômicos da seca como a alta dos preços: “Fica proibida em vista da atual calamidade pública a saída de carne deste município para outros incorrendo o infrator [fazendeiro] de multa de Cr\$ 300,00 a \$ 600.00 em caso de reincidência” (A.P.P.M. Decerto-Lei N° 06 de 17 de setembro de 1951).

Além de vivenciarem o aumento de preços devido a pouca oferta de gêneros alimentícios, a população de Campo Maior, especialmente, os pequenos e médios proprietários, passam a depender dos recursos da prefeitura municipal, principalmente através de frente de serviços públicos como calçamento, construções de barragens, açudes e chafarizes, além da cera de carnaúba que foi a outra saída encontrada para conseguir sobreviver à seca enquanto aguardavam a chegada das chuvas.

Em 1942, por exemplo, o prefeito Francisco Alves Cavalcanti, ao comprar material para construção de calçamento na cidade, justifica pela necessidade de progresso tanto pela geração de trabalho como ato de assistência as famílias desamparadas com a seca representada como crise climática e calamidade.

42

O aludido serviço de calçamento é uma medida que se impõe quer pelo crescimento do progresso da cidade, quer pela necessidade de trabalho com que possam ganhar meios indispensáveis a sua subsistência, causa difícil no momento, bastando para ressaltar as dificuldades presentes, já esta afetando nosso próprio país, situação mais agravada ainda pela crise climática que ora assola o nordeste constituindo uma verdadeira calamidade, destruindo as colheitas e deixando ao desamparo inúmeras famílias, sendo o trabalho dado às pessoas pobres de fortuna, um ato de amparo público (A. P. P. M. Decreto-lei nº 01, de 18 de abril de 1942).

A contratação de trabalhadores para construção de obras públicas visando amenizar a situação dos “flagelados” conhecida no século XIX como “Socorros Públicos” e na década de 1970, como “frentes de serviços de combate à seca”, constituíram-se como iniciativas dos gestores locais na década de 1940 em Campo Maior.

Estudos como os de Marques e Brandim (2009), Lima (1995), e Domingos Neto (1987), evidenciam que essas iniciativas são comuns em várias cidades atingidas pela seca, e se constituíram medidas administrativas paliativas, sem planejamento e com poucos efeitos para

resolução definitiva da questão, não melhorando significativamente a qualidade de vida das populações rurais piauienses.

Na década de 1940, é marca do discurso oficial a seca associada à crise econômica implicando no dilema do gestor em adotar medidas assistenciais, gerar emprego para a população afetada, manter a burocracia da prefeitura e modernizar a cidade, como mostra o Decreto-Lei nº 49 A, de 19 de agosto de 1942, que dizia que “o padrão de vida tem encarecido sobre modo nos últimos tempos, de modo que os funcionários municipais não podem manter-se e conduzir a altura de suas funções com os vencimentos que recebem” (A.P.P.M. Decreto-Lei nº 49 A, de 19 de agosto de 1942). E o Decreto-Lei nº 25, de 19 de novembro de 1942, que afirmava que:

[...] apesar de estarmos às pontas do fim do ano vários serviços estão a reclamar verbas para que se não paralitem, o que acarretaria prejuízo à coisa pública em dois aspectos: primeiro porque se perderia o material já aplicado e segundo porque não produziram as obras os frutos desejados. Convenha-se em afirmar que todos os serviços que esta prefeitura mantém em andamento é de necessidades inadiáveis, mesmo no momento atual, de dificuldades financeiras e crise econômica. [entretanto] os créditos suplementares agora abertos visão satisfazer, as necessidades, e para os mesmos consta a municipalidade com recursos disponíveis, como já há demonstrado em sucessivos índices técnicos que hão acompanhados decretos-Leis anteriores. (A.P. P. M. Decretos-Lei nº 25, de 19 de novembro de 1942).

43

O arrocho do salário dos servidores municipais se justificava na necessidade de gerar emprego através da construção de obras públicas nesse período, a exemplo de construção, podemos destacar o Mercado Público dessa cidade como consta no Decreto-Lei de nº 112, de 29 de agosto de 1946, iniciado pelo prefeito Waldeck Bona (06/1946 a 09/10/1946) e finalizado pelo prefeito Oscar Castelo Branco Filho, quando abre “crédito especial de oitenta e três mil, seiscentos e setenta e nove cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 679,80) para ocorrer com as despesas com a finalização da construção de um mercado destinado à venda de frutas nesta cidade” (Decreto- Lei, 129 de 1947).

Assim, as obras foram construídas com a finalidade de continuar gerado trabalho, mesmo garantindo irrisória renumeração aos contratados e aos servidores, porém, estavam atendendo parcialmente, e de forma compensatória a população atingida pelos efeitos da seca.

O prefeito Raimundo Nonato de Santana em 1951, também utilizou o programa de emergência para fazer melhorias na infraestrutura da cidade, bem com construções de várias obras nas áreas rurais, que foram das barragens aos poços cacimbões. Todas as obras, segundo discurso oficial, foram construídas com o propósito de melhorar a vida da população de Campo Maior, mas principalmente, as atividades geradoras de riqueza desse município.

Por causa dos prejuízos que a agricultura havia sofrido pela seca que assolava todo o Nordeste, o governo federal mandou uma quantia de cerca de Cr\$ 5 bilhões para combate as vítimas desse fenômeno. Além das obras, foram criadas comissões para gerenciar os recursos provenientes da ajuda do governo federal, e também para adquirir e vender, abaixo do valor do mercado, os gêneros alimentícios à população pobre do município. A comissão ainda fazia o levantamento dos estoques dos gêneros, decidia sobre distribuição, racionamento e transporte e providenciava o respectivo armazenamento.

A atividade que mais foi beneficiada com essas iniciativas foi justamente a pecuária, pois muitos reservatórios de água foram construídos ao longo das décadas de 1940 e 1950 próximos a fazendas onde teriam lugares que poderiam levar o gado para beber, reforçando a concentração de riqueza existente. Tal preocupação com a pecuária se justificava oficialmente pelo alto preço do produto no mercado local.

Outras leis também evidenciavam subsídios à população abastada da cidade em períodos de estiagem nos anos de 1951 e 1952, a exemplo das que permitiam fazendeiros, comerciantes e outras pessoas de posses (médicos, secretário municipal, gerentes, etc.) ficarem habilitados em pegar empréstimo junto à prefeitura. Tais iniciativas corroboram com a análise de Lima (1995), ao afirmar que não contribuíram para a solução da pobreza nem da convivência com a estiagem no sertão, ao contrário, beneficiou uma pequena parcela da população.

Desse modo, o enfrentamento paliativo dos efeitos da seca pelas gestões municipais em Campo Maior, contribui para expor e aumentar as desigualdades entre seus habitantes, e ao mesmo tempo ocultar a deficiência de uma política de abastecimento, tratamento e distribuição de água, impondo limites ao desenvolvimento social e sustentável da cidade.

Tanto é que Campo Maior só passou a ter um órgão municipal focalizado em abastecimento de água em 1958, quando foi fundado o Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Campo Maior (SAAE). Aliás, apesar da canalização da água pelo SAAE ter sido obra das gestões municipais durante as décadas de 1960 e 70, a estação de tratamento da água só foi instalada em 1990. Vale ressaltar que, ainda hoje o abastecimento de água depende de poços tubulares e artesanais e só no ano de 2012 que foi iniciada a troca da antiga canalização (ferro) por uma considerada mais moderna (plástico).

Como parte desse enfrentamento paliativo dos governos municipais aos efeitos da estiagem nas décadas de 1940 e 1950, foram construídas chafarizes dentro da área urbana, como evidencia a Lei nº 99, aprovada pelos vereadores em janeiro de 1951, que determinava o seguinte:

Fica a prefeitura Municipal de Campo Maior autorizada a construir dentro do prazo de cento e vinte dias a partir da data da vigência da presente Lei, três

chafarizes para com capacidade para dez mil litros d'água distribuição gratuita de água a população, que serão localizados dentro do perímetro urbano e suburbano da cidade, a juízo do chefe do executivo, respeitados os interesses ou necessidades dos habitantes. Cada chafariz será constituído de um poço tubular, no qual será adaptada uma bomba (de sucção e elevação) conjugada com motor á gasolina, com capacidade mínima de três mil litros por hora, ligação imprescindíveis a um reservatório (LEI nº 99 de 1951).

Esses poços tubulares são iniciativas pontuais do poder público municipal em busca de amenizar a problemática de abastecimento e distribuição de água no município. Entretanto, a mesma Lei nº 99, revela o interesse oficial em conseguir mais verbas a auxílios do governo federal justificando com base no combate aos efeitos da seca, como vimos uma prática comum na história das relações entre o poder e a seca no Piauí (ARAÚJO, 1991; DOMINGOS NETO, 1987), como informa a própria lei: “Fica o prefeito igualmente autorizado, a tomar todas as providências que se fizerem necessário, inclusive requerer do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas auxílio para o enfrentamento da estiagem”. (A.P.P.M. Lei nº 99, de Janeiro de 1951).

As construções de poços através dos serviços de emergências no município de Campo Maior eram bastante comuns para época. Segundo o discurso oficial, a obra tinha a função de conseguir água e oferecer trabalho para os afetados da seca. Nesta perspectiva, o discurso oficial é progressista, pois visa conciliar ajuda e melhoria das condições físicas da cidade em que vivem os moradores.

O agravamento da situação da carestia representada pela falta de parte dos gêneros alimentícios devido aos efeitos da seca de 1951-1953, levou o prefeito Raimundo Nonato Monteiro de Santana a adotar outra medida considerada emergencial, venda de alimentos a custo baixo a população pobre como evidencia trecho deste documento,

[...] a aquisição de gêneros alimentícios e abrir o crédito extraordinário de 1.000.000.00 a esta comissão incumbirá adquirir e vender gêneros alimentícios a população pobre do município, pelo custo, cabendo-lhe ainda fazer os levantamentos dos estoques dos mesmos gêneros, providenciar pelos meios a adequados para evitar sua evasão, decidir sobre distribuições racionamentos e transporte e providenciar o respectivo armazenamento [...]. (A.P.C.M. Projetos de lei nº 140 do livro de leis municipais 1951-1952).

Outra medida que fora reproduzida durante a gestão de Santana (1951-1955), foi o arrocho no pagamento da folha de servidor. Segundo registro oficial, foi preciso usar os restos ou sobras de verbas para não desempregar ninguém, pois era melhor que os trabalhadores

recebessem uma quantia de 12 cruzeiros por dia, do que não receberem nada, como estava estabelecido na lei nº 103 de 1951.

Assim, a prefeitura, além de praticar assistência direta à população através de medidas emergenciais, doava à Igreja Católica recursos para distribuição de alimentos, especialmente no período natalino: “É concedido o auxílio de dois mil cruzeiros para o Natal dos Pobres, a ser organizado pelas Confrarias Vicentinas de Campo Maior, que será pago no dia 20 do mês de dezembro de 1950, ao diretor das referidas entidades Católicas” (LEI, nº 92 de 1950 e PROJETO-LEI nº 242 de 1952).

Quanto às pessoas que trabalhavam por conta própria – os vendedores ambulantes –, no contexto da década de 1950, pagavam impostos ou taxas, como é o caso dos “banqueiros de cereais, de frutas, de verduras, de café e bolos, na porta do mercado público” [...]. (PROJETO-LEI: 171 de 1951).

Ao contrário desses pobres miseráveis, que tentavam sobreviver da venda desses produtos de pouca renda, e que ainda eram cobrados impostos, havia os fazendeiros que eram privilegiados pelo poder público municipal, pois estes, em compensação, recebiam dinheiro do poder executivo do município para investir na pecuária, como ficou determinado desde 1946, através do decreto nº 113, que a prefeitura emprestaria dinheiro aos fazendeiros para que estes pudessem comprar mais gado e a utilização dos recursos públicos para comprar rações para a alimentação dos animais e também a construções de açudes e barragens nas fazendas ou proximidades.

Tais barragens e açudes, foram construídos em locais distantes das residências de grande parte da população, mesmo as que viviam nas localidades da zona rural. O fato de terem sido construídas 10 barragens nesse período, e apenas a Barragem do Surubim possuir atualmente no seu entorno bairros como São João, Água Azul, Evereste, Floresta e Flores, evidencia tanto a falta de planejamento das obras executadas, bem como o privilégio aos grandes proprietários rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criadas com o objetivo de amenizar as consequências da seca em Campo Maior, as frentes de emergências se deram basicamente com o intuito de amenizar as necessidades mais urgentes da população de Campo maior, como também, para realizar obras de infraestrutura, na área urbana, serviço de pavimentação e de barragens na zona rural, que em alguns casos não

estavam devidamente planejadas para a época, e também situadas em locais inapropriadas para utilização coletiva.

Com a aplicação da “solução hidráulica”, no Piauí, aparece de forma bastante nítida o conteúdo ideológico desta proposta, profundamente conectada aos interesses do privilégio exclusivo. Isso, porque a preocupação com a água manifesta-se essencialmente no propósito de ampliar sua oferta. Em Campo Maior, como a água sempre foi efetivamente mais abundante, a solução hidráulica não implicou qualquer esforço no sentido do aproveitamento e conservação dos recursos existentes.

Para Domingos Neto (1987), a “solução hidráulica” da construção de barragens e açudes, revela a falsa neutralidade do Estado na medida, que sempre privilegiou o atendimento aos interesses dos grandes proprietários. Nesse caso, não foi uma intervenção inócua nem de caráter paliativo, pois a política de armazenamento e ampliação dos recursos hídricos não melhorou as condições de vida da maioria da população, especialmente o pequeno lavrador.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Campo Maior-PI

Decreto-Lei Nº 01, de 18 de Abril de 1942.

Decreto-Lei Nº 43, de 07 de Maio de 1943.

Decreto-Lei Nº 11, de 08 de Agosto de 1942.

Decreto-Lei Nº 49 A, de 19 de Agosto de 1941.

Decreto-Lei Nº 65, de 01 de Agosto de 1944.

Decreto-Lei Nº 32, de 25 de Fevereiro de 1943.

Decreto-Lei Nº 06, de 17 de Setembro de 1951.

Decreto-Lei Nº 113, de 14 de Setembro de 1946.

Decreto-Lei Nº 112, de 29 de Agosto de 1946.

Arquivo Público da Câmara Municipal de Campo Maior-PI

Decreto-Lei Nº 43, de 28 de Setembro de 1942.

Projeto-Lei Nº 242, do livro de Leis de 1951-52.

Projeto-Lei Nº 171, do livro de Leis de 1951-52.

Lei Nº 103, de 10 de Março de 1961.

Lei Nº 99, de Janeiro 1951.

Lei Nº 92, de 16 de Dezembro de 1950.

Biblioteca Virtual do IBGE

Censo Demográfico de 1940

Censo Demográfico de 1950

Censo Demográfico de 1960

Livros

ARAÚJO, Maria Malfada Balduino de. *O poder e a seca de (1877 a 1879) no Piauí*. Teresina: Academia piauiense de Letras, 1991.

CHAVES, Celson Gonçalves. *Urbanização em Campo Maior, 1930 a 1970*. Campo Maior: Edição do Autor, 2007.

DOMINGOS NETO, Manual. *Seca Seculorum: Flagelo e Mito na Economia Rural Piauiense*_2 ed. Teresina, Fundação CEPRO, 1987.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação editora da Unesp, 1998.

LIMA, Antonio Jesuíta de. *As multífaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

LIMA, Francisco de Assis. *Campo Maior em Recorte*. Campo Maior: Edição do Autor, 2008.

MARQUES, Elimária Costa & BRANDIM, Vivian de Aquino Silva. *Frentes de combate à seca no Piauí: esperança, tristezas e realidades na década de 1970*. Fortaleza: UFC, 2009.

MEDEIROS, José Antônio. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina (PI): CEPAC, 1996.

QUEIROZ, Rachel. de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

TEÓFICO, Rodolfo. *História da Seca do Ceará: 1877-1880*. Fortaleza: Tip. Libertador, 1883.